



POLÍTICAS PÚBLICAS – DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOS FOMENTOS A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO FAMILIAR NO NORTE GAÚCHO

Cidonea Machado Deponti¹
Ezequiel Plinio Albarello²

RESUMO: Este estudo tem por objetivo abordar algumas das políticas públicas de fomento a agroindustrialização familiar e alguns de seus resultados. Trata-se de estudo centrado em pesquisa realizada para a elaboração do Plano de Desenvolvimento: APL Agroindústria Familiar e Diversidade do Médio Alto Uruguai Gaúcho. Neste contexto, analisa-se o impacto de algumas políticas públicas que buscam resgatar uma prática inerente ao agricultor familiar e que foi se perdendo a partir da década de 50 por força dos incentivos concedidos à grandes agroindústrias e da legislação fiscal e sanitária, cujo principal desdobramento recaiu no fechamento das pequenas agroindústrias familiares e perda de autonomia para famílias rurais que aos poucos foram sendo reduzidas à condição de fornecedores de matéria-prima.

Palavras-Chave: Fomento e Políticas Públicas, Agroindústria Familiar, Sabor Gaúcho.

ABSTRACT: This study aims to address some of the public policies promoting family agroindustrialization and some of its results. This is study focused on research conducted for the preparation of the Development Plan: APL Agroindustry Family and Diversity of Médio Alto Uruguai Gaúcho. In this context, it analyzes the impact of some public policies that seek to redeem a practice inherent in the family farmer, was being lost from the 50's under the incentives granted to large agribusinesses and tax and health legislation, whose main consequence fell on the closing of small family farms and loss of autonomy for rural families who were gradually being reduced to the status of suppliers of raw materials.

Keywords: Development and Public Policy, Family Agribusiness, Gaucho flavor.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este estudo aborda alguns dos resultados oriundos de uma pesquisa de caráter qualitativo sobre os resultados das políticas públicas de agroindustrialização familiar encontradas no norte gaúcho a partir de dados pesquisados para a elaboração do Plano de Desenvolvimento: APL Agroindústria Familiar e Diversidade do Médio Alto Uruguai Gaúcho. No que tange às agroindústrias, nosso trabalho recai na análise sobre a operação e condições de funcionamento desses empreendimentos e iniciativas num contexto que invariavelmente lhes é

¹ Doutora em Desenvolvimento Rural, UFRGS. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul-RS. cidonea@unisc.br

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional- UNISC/RS e Professor Tempo Integral de Administração da Universidade Regional Integrada – URI/FW.. epalbarello@uri.edu.br

desfavorável do ponto de vista da legislação fiscal e sanitária, bem como do acesso a políticas públicas.

Neste sentido, parte-se da premissa de que a participação e intervenção do Estado na economia não estão mais apenas vinculadas à regulação de mercados, ou mesmo ao investimento orientado ao fomento e desenvolvimento industrial. Os últimos vinte anos coincidem com mudanças nos instrumentos e políticas, muitos dos quais dirigidos a reverter os problemas sociais econômicos reinantes no meio rural brasileiro e gaúcho em particular em razão deste estudo.

São muitas as situações que requerem a intervenção do Estado na Agricultura, como no caso de problemas climáticos, aperfeiçoamento de condições de trabalho para agricultores, desenvolvimento tecnológico, políticas de fomento à produção, equalização de preços, bem como na implementação de medidas que possam, entre outras coisas, minimizar disparidades existentes entre o meio urbano e rural, propiciando garantia de renda para o agricultor e contribuir no sentido de proteger a agricultura doméstica. (LEITE, 2000)

No que tange à política ou programas dirigidos ao desenvolvimento rural, podemos observar alguns instrumentos de intervenção orientados a beneficiar agricultores mais empobrecidos, com dificuldade de integração ao mercado, bem como dificuldades que impedem com que estes tenham assegurada uma fonte de renda compatível com o atendimento de suas necessidades de consumo.

Entendemos que estas políticas, sem dúvida, devem ser diferenciadas segundo o público-alvo a que correspondem e, nesse sentido, coincidimos com Wanderley (1999 p. 38), quando afirma que o setor familiar da agricultura brasileira foi um setor impedido de desenvolver suas potencialidades, se comparado ao de outros países.

A pesquisa que motivou a elaboração desse texto correspondeu a uma revisão de literatura, levantamento de dados e informações secundárias referentes à agricultura familiar, seguida de uma busca de informações sobre as etapas e condições em que operou e opera o processo de agroindustrialização da região norte gaúcha.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO GAÚCHA

Nas últimas décadas os sistemas agroindustriais se reinventaram a partir dos efeitos da globalização e junto dessa reinvenção dos sistemas de produção houve um ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Vários fatores contribuíram para a maior visibilidade desta área.

O primeiro foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. A partir dessas políticas, o desenho e a execução de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade.

O segundo fator é que novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gasto. Assim, do ponto de vista da política pública, o ajuste fiscal implicou a adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa e restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais. Esta agenda passou a dominar corações e mentes a partir dos anos 80, em especial em países com longas e recorrentes trajetórias inflacionárias como os da América Latina.

O terceiro fator, mais diretamente relacionado aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizados, é que, na maioria desses países, em especial os da América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população.

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Assim, na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. (SOUZA. S. 2006, p. 22).

Ainda para Souza (2006), não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

No entanto definições de políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam o nosso olhar para o local onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos. Apesar de optar por teorias diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores.

Neste contexto, as regiões do Rio Grande do Sul que conseguiram adaptar-se às transformações tiveram algum êxito, refletido numa realizada fortemente polarizada em termos geoeconômicos. Entretanto, outras demais regiões não conseguiram intensificar o processo de modernização, ficando empobrecidas e frágeis do ponto de vista da vitalidade de seus sistemas de produção. Com o amplo apoio às grandes lavouras e produtos de exportação, houve a extinção de fábricas e agroindústrias artesanais baseadas na produção de pequena escala e de caráter familiar, tal como ficou evidenciado nos municípios do norte gaúcho.

No período subsequente, particularmente a partir das décadas de 1980 e 1990, percebeu-se, como resultado deste processo, a marginalização do agricultor familiar diante da drástica redução de alternativas econômico-produtivas. Esse quadro é claro e evidente na região norte. Trata-se de uma parte da geografia gaúcha que historicamente demonstrou uma vocação para a produção agroindustrial, inicialmente realizada no interior de estabelecimentos familiares. E é justamente a partir dos anos 1940 e 1950 que são levadas a cabo políticas voltadas ao desenvolvimento agroindustrial por meio de créditos subsidiados e incentivos

fiscais a determinados grupos econômicos, como parte da estratégia do governo federal para implantar um novo padrão de desenvolvimento.

Neste sentido:

O desenvolvimento regional, baseado na agricultura familiar, depende fundamentalmente da intervenção estatal, regulando as assimetrias do mercado através de políticas públicas. Se deixada à própria sorte frente às forças de mercado, a agricultura familiar se transforma em alvo fácil de monopólios e intermediários que se apropriam do valor agregado da produção. (BROSE, 1999, p.58).

Esses elementos nos levam a pensar que a importância da produção agrícola familiar foi sempre deixada em segundo plano. Todavia, apesar de ideias que prediziam o fim dessa forma de produção, ela tem conseguido, com grandes dificuldades, moldar-se às exigências da modernidade, tanto sociais quanto econômicas.

Ocasionalmente, não são poucos os que acreditam que restarão apenas os persistentes e alguns remanescentes na zona rural, ou mesmo a substituição inevitável de agriculturas familiares pelas chamadas agricultura modernas, resultado de mentalidades que veem o setor rural como atrasado e declinante.

Porém, se existe uma categoria disposta a implementar estratégias para sua sobrevivência, esta é a agricultura familiar. Esse tipo de exploração é marcado por uma lógica de funcionamento própria, o que nos leva a pensar que simplesmente não se pode analisar a agricultura familiar somente sob a ótica da produção, da racionalidade econômica ou da divisão do trabalho. (CARNEIRO, 2000, p. 129) Com efeito:

Dispositivos coletivos dos agricultores e multifuncionalidade: por conta das necessidades, das carências ou do desengajamento do Estado dos seus compromissos reguladores, os agricultores constroem dispositivos alternativos. Assiste-se, no Brasil, a uma multiplicação de iniciativas de manejo de recursos comuns ou de produção de bens públicos por grupos de agricultores. (SABOURIN, 2006, p. 228)

A agricultura familiar começa a ser reconhecida no momento específico em que o Estado começa a comparar os resultados da agricultura patronal com a agricultura familiar, particularmente do ponto de vista da ocupação da população rural. Mas nesse processo é dada prioridade a agricultores familiares com potencial para vincular-se ao mercado e que possam incorporar as tecnologias vigentes,

acarretando a exclusão dos demais, considerados incapazes de atender as demandas do mercado. (CARNEIRO, 2000, p. 133)

Sendo assim, cabe aqui ressaltarmos alguns aspectos históricos para evidenciar a importância destas políticas públicas para a agricultura familiar em municípios da região norte gaúcho que corresponde ao universo empírico dessa pesquisa.

Atualmente há vários instrumentos e políticas públicas de fomento à agroindustrialização. Analisando publicações encontramos situações em que houve o acesso ao Pronaf Agroindústria e o Programa de Agroindustrialização Familiar, mais conhecido como “Sabor Gaúcho”.

No que tange ao primeiro deles, trata-se de um instrumento específico para financiar agroindústrias médias e pequenas. Este tipo de crédito é dado a agricultores que tenham propriedade e potencial para inserirem-se nos mercados com base no associativismo e na formação de redes de cooperação para a compra e venda de produtos. (PREZOTTO, 1999)

Difícilmente o Pronaf agroindústria é liberado a agricultores isolados, pois que, em geral, é dada preferência a agricultores associados em grupos, conforme indica Prezotto (1999, p. 116).

Os agricultores que acessam o Pronaf devem ter pelo menos 80% de sua renda oriunda das atividades agropecuárias, explorando de até quatro módulos fiscais, ou no máximo seis, quando for um “pecuarista familiar”. Também constam como público-alvo do Pronaf os agricultores que exerçam atividades como arrendatários, parceiros ou meeiros. Todavia, nos termos do programa, do agricultor familiar se admite a contratação de até dois empregados permanentes. (SCHNEIDER, CAZELLA e MATTEI, 2004).

Devem residir no imóvel rural ou nas proximidades rurais, cuja renda bruta deve ser no máximo de R\$ 60.0000,00, em valores atuais. Com respeito ao Pronaf Agroindústria, cabe reiterar que a intenção desta linha do programa é explorar as potencialidades da propriedade rural, associando a produção da pequena propriedade rural com a formação da agroindústria familiar. (SCHNEIDER, CAZELLA e MATTEI, 2004) O Pronaf custeio de Agroindústrias Familiares é direcionado às demandas de custeio, como no caso da compra e matéria prima, rótulos, embalagens, entre outros insumos consumidos no processo de produção.

O segundo programa sobre o qual realizou-se uma investigação foi o Programa de Agroindustrialização Familiar “Sabor Gaúcho”. Criado em 1999, buscava beneficiar a produção de agricultores familiares, assentados da Reforma Agrária e pescadores artesanais no Rio Grande do Sul. Em linhas gerais, tratava-se de fomentar novas possibilidades e estratégias que atenuassem as dificuldades econômicas das famílias rurais, diversificando as fontes de ingresso econômico.

Através do programa pretendia-se oferecer ao agricultor familiar outras formas econômicas para seu sustento, em consonância com as potencialidades de cada região, conforme Rio Grande do Sul (2002 p.12).

Outro ponto importante é que os produtos comercializados e vendidos via Nota do Produtor são isentos de ICMS. O agricultor vinculado ao selo “Sabor Gaúcho” contaria, além disso, com propaganda para seu produto, gôndolas, rótulos, marketing, cursos e capacitação para inserirem-se nos mercados.

Poderiam participar do programa as famílias individuais ou organizadas que apresentassem, conforme documentos do Governo do Estado do RS. (RIO GRANDE DO SUL, 2002 p. 38):

- a) 80% de sua renda oriunda da agropecuária, pesca ou extrativismo;
- b) absorvessem exclusivamente a mão-de-obra familiar nos processos de produção;
- c) tivessem até quatro módulos fiscais;
- d) residissem na propriedade rural ou aglomerados rurais próximos
- e) possuíssem uma renda bruta de anual de R\$ 30 mil por família.

O programa pretendia amenizar as dificuldades inerentes às pequenas e médias agroindústrias, como a incapacidade de obter ganhos de escala, incapacidade gerencial, falta de padronização e de qualidade na produção, baixo nível de organização dos agricultores, infraestrutura pública insuficiente, dificuldades quanto às legislações sanitária, fiscal e tributária, somada à falta de estudos de viabilidade econômica financeira e técnica.

Todo o cuidado com a impressão dos rótulos, embalagens, códigos de barras, o próprio selo e a tabela nutricional, eram providenciados através do Programa.

Através dele o produtor continuaria a utilizar a Nota do Produtor, desde que fosse micro produtor e estivesse cadastrado no Programa de Agroindústria Familiar, produzindo 100% de sua matéria-prima, além de ter de estar dentro das exigências da vigilância sanitária apregoadas pelo Sabor Gaúcho. Dito programa mantinha um selo de qualidade que pertencia ao Governo Estadual, o que trazia clara diferenciação à marca. (RIO GRANDE DO SUL, 2002 p. 39).

Os programas de agroindustrialização apresentados atingiram uma camada de agricultores familiares com vocação para o empreendimento que era escolhido de acordo com a capacidade e o interesse de aprimoramento e qualificação profissional.

2. HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO E AGROINDUSTRIALIZAÇÃO FAMILIAR NO NORTE GAÚCHO

Nos anos de 1890 a 1910, o estado do Rio Grande do Sul após sua respectiva colonização ocorreu o surgimento de novas colônias e nelas desenvolveram-se pequenas comunidades, bastante dispersas e com grandes dificuldades de comunicação. O esforço por viabilizar sua sobrevivência resultou no aparecimento de pequenas fábricas artesanais nestas comunidades que desenvolviam não só suprimentos, mas inclusive as próprias ferramentas. Eram pequenas economias em cada região do Estado e que somente em 1920 começaram a se integrar e atingir mercados mais distantes, conforme Tambará (1985, p. 33).

Sobretudo a partir da segunda metade do século XIX que se inicia o processo de colonização privada com o assentamento de imigrantes, especialmente de origem alemã, italiana e francesa. Até meados de 1900 foram criados 61 núcleos coloniais. Neste contexto:

Em meados de 1870, percebe-se que as colônias instaladas na região passam a ter uma importância significativa na economia local, provocando alterações na paisagem e na rotina das cidades, devido ao intenso fluxo de produtos coloniais ofertados, o que obrigou o poder público local a tomar medidas administrativas para organizar o comércio local, (...). (SACCO DOS ANJOS, GODOY, CALDAS, 2005, p. 84).

Também cresceu muito o número de moinhos coloniais na região devido ao grande incentivo governamental para a plantação de trigo, o que levou muitos

agricultores familiares a ampliarem suas áreas de produção, juntamente com outras atividades produtivas.

Porém, a partir da década de 1950 é promulgada a Lei nº 1.283 de 18 de dezembro de 1.950 referente à inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Ela determinava que todos os estabelecimentos que trabalhassem com produtos de origem animal deveriam ser inspecionados.

Neste contexto, a crescente exigência de equipamentos necessários para o abate e manuseio do produto torna-se incompatível com a realidade das colônias, fazendo com que muitos agricultores familiares, que produziam nas cozinhas de sua casa ou em área específica fora do ambiente doméstico, acabaram encerrando suas atividades. A lei para a sanidade dos alimentos era condizente com as necessidades das grandes indústrias, deixando na clandestinidade as menores, as quais não reuniam condições de adequação à nova realidade, segundo Prezotto (1999 p. 44).

Somado a este obstáculo, no ano de 1967 ocorreu a cartada final para a autonomia do agricultor familiar, pois, de acordo com Abramovay (1981 p. 161), com o decreto-lei 210/67 os moinhos coloniais, que até então se dedicavam à produção de trigo, foram extremamente atingidos devido à intervenção do Estado no âmbito da comercialização e industrialização do trigo.

Estabeleceu-se, à época, o monopólio estatal do trigo, via Banco do Brasil, cabendo somente ao Governo a compra desse cereal. A partir de então, aos moinhos eram concedidas cotas de trigo para a moagem segundo um padrão de qualidade da farinha a ser produzida, estabelecendo-se preços para o produto *in natura* e farinha, conforme convinham as necessidades do Governo.

Crescem as exigências impostas pelas indústrias no sentido da padronização e regularidade na oferta de produtos. Paralelamente os produtores são forçados a incorporar inovações tecnológicas exigidas para adequarem-se a esses imperativos e ao crescente nível de exigência das fábricas do setor agroalimentar.

Ocorreram mudanças expressivas na dinâmica do trabalho agrícola, em que pese o fato das indústrias de transformação passarem a ter controle sobre o processo de trabalho e sobre os produtos oferecidos por estes agricultores. (MATTEI, 1998)

A agricultura familiar na região ainda sente o reflexo das políticas dissociadas da preocupação com o desenvolvimento social, e econômico no âmbito

das comunidades rurais que, paulatinamente, assistem a uma sensível redução das alternativas de ingressos econômicos e de ocupação das famílias.

Hoje procurando resgatar exatamente as potencialidades destes agricultores familiares e o fortalecimento desse setor da agropecuária nacional, os governos federal e estadual propõem políticas públicas de fomento a programas de agroindustrialização e certificação de produtos, como forma de criar novas oportunidades no meio rural e resgatar um traço tão característico dessa forma social de produção que, apesar de suas limitações e dificuldades, tem contribuído para o desenvolvimento rural do norte do estado do Rio Grande do Sul.

Partimos da premissa de que as agroindústrias familiares enaltecem um atributo crucial inerente à dinâmica da agricultura familiar, propiciando maior grau de autonomia às famílias e contribuindo para a diversificação da economia no meio rural.

O COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai, onde está inserida a cadeia de Agroindústrias Familiares estudadas, localiza-se na mesorregião Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, sendo essa formada por 22 municípios e de acordo com a Fundação de Economia e Estatística (FEE), totaliza uma área de 4.209,4 km².

A soma da população dos municípios do Corede Médio Alto Uruguai, de acordo com CODEMAU (2013), que era de 183.927 habitantes no ano de 2000, teve um decréscimo de 17,08%, entre os anos de 2000 a 2010. Em 2000 a população era de 183.927 habitantes, diminuindo para 152.501 habitantes em 2010, significando redução de 31.426 habitantes em 10 anos.

Ainda, CODEMAU (2013) demonstra que o maior êxodo foi na zona rural, que em 2000 tinha 103.233 habitantes e em 2010 esse número caiu para 69.784, evidenciando que 33.449 habitantes saíram da zona rural e destes apenas 2.023 migraram para as zonas urbanas da região, os demais foram para outros centros.

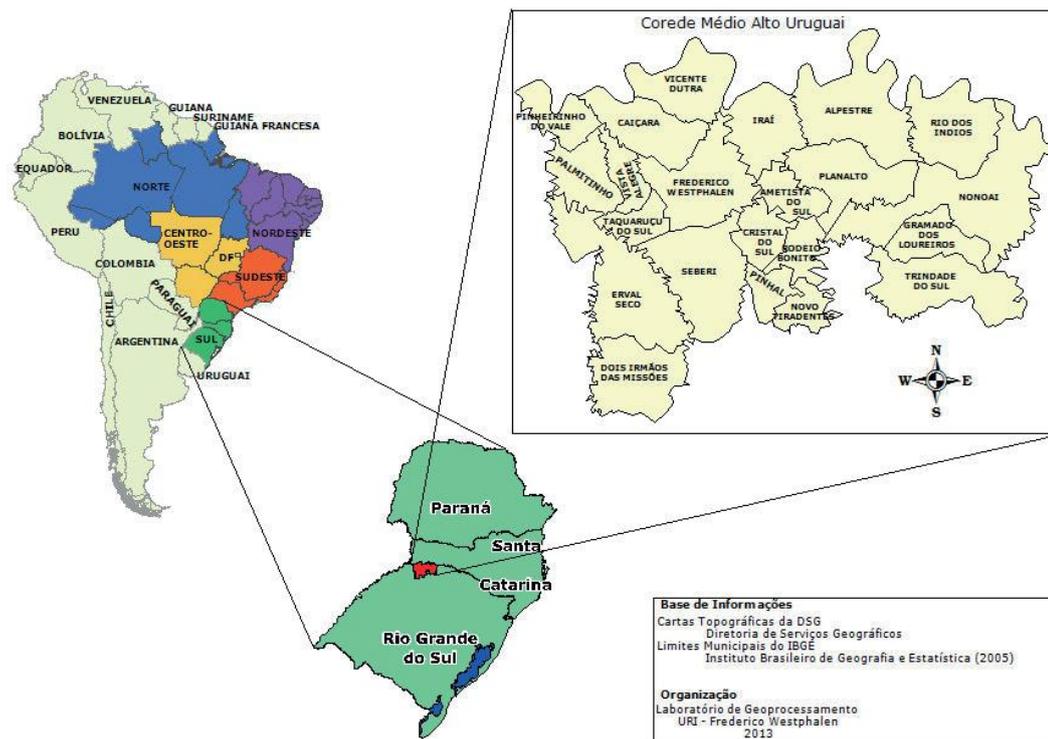


FIGURA 1: Corede Médio Alto Uruguaí.

Fonte: COREDE Médio Alto Uruguaí

As análises demonstram que a redução da população rural e mesmo total, é um indicador do baixo nível de absorção da mão de obra no meio rural e de diversificação das atividades econômicas, o que faz com que esta mão de obra migre para outras regiões na busca de emprego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PONDERAÇÕES E DISCUSSÕES A CERCA DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DO NORTE GAÚCHO

No território analisado, que compreende os municípios do norte gaúcho, encontramos relatos bibliográficos importantes para os objetivos de nossa pesquisa. Com respeito à finalidade do programa, percebeu-se que os agricultores familiares que foram beneficiados por estes programas adquiram certo grau de autonomia se comparada com a situação das famílias que dependem diretamente de uma ou duas fontes de ingresso econômico, como é o caso dos que se encontram na condição de integrados das empresas fumageiras, suinícolas e avícolas. Evidencia-se então que pouquíssimas famílias vivem exclusivamente da comercialização da produção originada por sua agroindústria.

Mais do que respostas, nas considerações que seguem, levantamos diversas questões relacionadas aos elementos que apresentamos nas seções anteriores. Entendemos que a resposta para estas perguntas, quando existente, vincula-se a discussões conceituais relacionadas a termos como desenvolvimento regional, políticas públicas e histórico da agroindustrialização, dentre outros, que fogem ao objetivo e ao alcance deste trabalho. Assim, nos restringimos a apontar quais tendências identificamos nos programas analisados e algumas de suas implicações.

Ressaltando isso, citamos Prezotto (2002, p. 16) no sentido de entender que agroindústria familiar é uma das formas para amenizar disparidades sociais no campo, tendo a pluriatividade como estratégia para aumentar postos de trabalho diretos e indiretos, de forma a propiciar a inserção econômica de agricultores.

Todos os agroindustriais queixaram-se dos problemas relacionados às legislações sanitárias e fiscais. O fato é que atualmente o agricultor familiar que pretender montar uma agroindústria na propriedade terá duas opções: ou transforma-se em microempresário e perde sua condição de segurado especial do INSS, arcando com todas as exigências tributárias e fiscais referentes a empresa ou, de outro modo, monta uma cooperativa que congregue agricultores que tenham basicamente os mesmos objetivos e formas de atuação.

Abrir mão de sua condição de agricultor e da possibilidade futura de conquistar seu direito à aposentadoria, em regime especial, tem sido apontada como um problema, apontado claramente nas entrevistas que realizamos.

Percebemos também que atualmente as agroindústrias familiares originadas a partir do Programa de Agroindustrialização Familiar – Sabor Gaúcho não tem mais o respaldo que tinham. Trata-se de um programa concebido durante o Governo de Olívio Dutra que, ao cabo, não teve continuidade nos governos seguintes.

Não foram criadas novas agroindústrias familiares através desse ou de outros programas públicos estaduais, assim como não ocorreram avanços no sentido de melhorar a legislação sanitária e fiscal.

Neste contexto alguns avanços conquistados, particularmente para os agricultores vinculados ao programa, não tiveram mais continuidade. O marco legal que regula a atividade torna impeditivo avançar no processo de comercialização. Alguns relatos esclarecem alguns desses aspectos e uma visão, em alguns casos, bastante pessimista com relação ao futuro de iniciativas dessa natureza:

Quanto ao Pronaf agroindústria, ao que parece, é mais restritivo e dificultoso do que a inserção no sabor gaúcho, em específico no que se refere a retirada de crédito. A questão é que fomentar a criação de agroindústrias sem um amparo institucional adequado podem acarretar resultados incompatíveis com os objetivos desse tipo de programa. Entende-se que a falta de precisão sobre o público que se quer alcançar tem levado muitas iniciativas ao fracasso na medida em que concebem o universo da agricultura familiar de forma homogênea, sem levar em conta toda a diversidade que a circunda, ou seja, sem uma análise precisa de qual processo da agroindustrialização e tipo de agroindústria se quer lograr erigir. (GUIMARÃES E SILVEIRA, 2007, p. 35)

Neste contexto,

Uma unidade de produção agrícola familiar não funciona como uma empresa capitalista convencional. [...]. Tal unidade preenche também outras funções, e seus mecanismos de funcionamento dificilmente se limitam aos mecanismos econômicos. Mesmo a integração crescente aos mecanismos do mercado não pode levar a uma ruptura radical do vínculo osmótico entre a família e a unidade de produção. (BRITO, 2005, p. 82)

Tenta-se sanar a exclusão destes agricultores mais empobrecidos com programas, muitas vezes, ineficientes, que buscam se complementar através da junção ou compatibilização de políticas de desenvolvimento rural e política agrícola. (DELGADO, 2001, p. 26)

Assim, tentando problematizar a questão das políticas públicas para as agroindústrias familiares o que nos resta são questões gerais e complexas. Com base nos dados pesquisados e analisados, é será que programa conseguirá atingir seus objetivos sem uma ação articulada e consistente no que afeta ao financiamento dos empreendimentos, apoio à qualificação dos processos produtivos, acesso aos mercados, formação profissional, e um ambiente institucional que propicie o sucesso destes empreendimentos?

O agricultor familiar que anteriormente contava com um apoio via políticas públicas específicas para agroindustrialização é incentivado a ser mais ousado e competitivo, porém após transformar sua agroindústria familiar em microempresa vê-se “jogado”, sem o necessário amparo destas políticas públicas em meio aos efeitos de um mercado fortemente competitivo e regido pela presença de oligopólios na distribuição e comércio de produtos concorrentes.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa - o sudoeste paranaense. 1981.** - Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. (Dissertação de Mestrado) Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros_trabalhos/1981/Mestrado_Abramovay.doc>,

BRITO Celestino de Oliveira. **A agroindústria artesanal e o Programa Fábrica do Agricultor: uma tentativa de racionalizar as atividades em uma unidade de produção agrícola familiar.** Universidade Federal do Paraná – Setor de ciências humanas, letras e artes, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2005. 103p. (Dissertação de Mestrado).

BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. 347p.

CARNEIRO, Maria José. **Políticas de desenvolvimento e o novo rural.** In: CAMPANHOLA, C. GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro: políticas públicas.** V. 4. Jaguariúna, São Paulo: EMBRAPA Meio Ambiente 2000.

CODEMAU, **Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai. Programa de combate às desigualdades regionais.** 2º Ed. Frederico Westphalen, RS: 2013.

DELGADO, Nelson Giordano. **Política econômica ajuste externo e agricultura.** (org.). Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

GUIMARÃES, Gisele Martins; SILVEIRA, Paulo Roberto C. **Por Trás da Falsa Homogeneidade do Termo Agroindústria Familiar Rural: Indefinição Conceitual e Incoerências das Políticas Públicas.** In: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2007, Fortaleza. VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Fortaleza: EMBRAPA/SBSP, 2007. V. 01. Disponível em: <http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/99.pdf>, acesso: 23/Dez/2007.

GRANDO, Marines, Zandavalli. **Pequena agricultura em crise. Porto Alegre**, n. 14, 1990.

KLIEMANN, Luiza H. S. RS: terra e poder – história da questão agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1986. 176p.

LEITE, Sergio **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil.** In: DELGADO, Nelson Giordano. **Política econômica ajuste externo e agricultura.** (org.). Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

MATTEI, Lauro. **A evolução do emprego agrícola no Brasil.** São Paulo: ABET, v. 4, 1998.

PREZOTTO, Leomar L. **A Agroindústria Rural de Pequeno Porte e o seu Ambiente Institucional Relativo à Legislação Sanitária**. Centro de Ciências Agrárias - Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas. UFSC, Florianópolis – SC, 1999. 143p. (Dissertação de Mestrado)

PREZOTTO, Leomar L. **Uma concepção de Agroindústria Rural de Pequeno Porte**. Revista de Ciências Humanas. UFSMS, Florianópolis: EDUFS, 2002. 133-154p.

RIO GRANDE DO SUL. **Agroindústria Familiar – Gerando Trabalho e Renda no Campo e na Cidade**, Cadernos Temáticos – n.1, Porto Alegre 2002.

SABOURIN, Eric. **Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos**. In: SCHNEIDER, Sérgio, A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SACCO DOS ANJOS, Flávio, GODOY, Wilson Itamar & CALDAS, Nádia Velleda. **As feiras-livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências**. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária, 2005.

SCHNEIDER, Sergio, SILVA, Marcelo K., MARQUES, Paulo E. M. & CAZELLA, Ademir A. (et. al). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, Série Estudos Rurais, 2004.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>

TAMBARÁ, Elomar. **RS: modernização & crise na agricultura**. 2ª ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**.in:Tedesco (org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.